

Programas de Formação e de Extensão Rural nas Cooperativas Agro-pecuárias em Moçambique: uma Avaliação com base nas Necessidades de Aprendizagem dos Cooperativistas

Johanna van der Linden, Artur Saúde, Lídia Seifane, Departamento de Educação de Adultos, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Quem participa no desenvolvimento e como? Esta é uma questão principal nos programas de educação de adultos. Este artigo discute os programas de formação e de extensão rural, nas cooperativas agro-pecuárias em Moçambique. Será que estes programas apoiam a participação dos cooperativistas no processo de desenvolvimento? Quais os objectivos, as abordagens, conteúdos e os métodos utilizados nestes programas? Como é que os cooperativistas, a maioria deles mulheres, avaliam os programas em relação às suas necessidades de aprendizagem? Como melhorar os programas na perspectiva da participação dos próprios cooperativistas no processo de desenvolvimento?

A comunicação baseia-se em dois projectos de investigação, que foram conduzidos em cooperativas agro-pecuárias em Moçambique com o objectivo de avaliar os programas de educação de adultos para os camponeses, membros das cooperativas. Um projecto avaliou o programa de extensão rural numa cooperativa no distrito de Boane na Província de Maputo com enfoque na segurança alimentar dos cooperativistas (Seifane, 2005). O outro avaliou o programa de formação da União Geral de Cooperativas (UGC), que reúne 185 cooperativas na periferia de Maputo, focalizando-se nos cursos de agricultura e alfabetização (Saúde, 2005).

Os dois projectos foram conduzidos no quadro do programa de mestrado do departamento de Educação de Adultos da Universidade Eduardo Mondlane. Partiram de uma visão alargada de educação de adultos relacionando-a com as necessidades da sociedade moçambicana (Faculdade de Educação, 2001). A visão refere-se às necessidades básicas de aprendizagem, que foram definidas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A declaração desta conferência lê:

Every person – child, youth or adult – shall be able to benefit from educational opportunities designed to meet their basic learning needs ... required by human beings to be able to survive, to develop their full capacities, to live and work in dignity, to participate fully in development, to improve the quality of their lives, to make informed decisions, and to continue learning ... (WCEFA, Jomtien, 1990).

Segundo a declaração cada pessoa, seja criança, jovem ou adulto, seja homem ou mulher, tem o direito de satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem. Portanto, cada programa com objectivos educacionais tem que ser concebido, implementado e avaliado com vista a estas necessidades, que foram definidas como: sobreviver, desenvolver as suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar no desenvolvimento da sociedade, aperfeiçoar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas, e continuar aprendendo. Assim, a educação de adultos, incluindo programas de formação e de extensão rural nas cooperativas, deve relacionar os seus objectivos, conteúdos e métodos com as necessidades básicas de aprendizagem do grupo alvo, neste caso os cooperativistas (Lind, 2002, Torres, 2003, Linden & Rungo, em preparação). O que conta não é só o conteúdo, mas também a abordagem. Programas educacionais que satisfazem as necessidades básicas de aprendizagem, não podem partir de uma concepção 'bancária', em que *a educação se torna um acto de depositar em que os educandos são os depositários e o educador o depositante* (Freire, 2000, p. 58). Desta maneira a educação ficaria como um instrumento de opressão. Para superar isso Freire propaga o diálogo valorizando os educandos como seres humanos com experiências, opiniões e potencialidades a desenvolver. Na mesma linha de pensamento Stromquist (2005), discutindo a importância de programas de alfabetização para mulheres, afirma que estes programas só desempenham um papel na construção e exercício da sua cidadania, se tiverem um conteúdo relevante e envolverem os participantes em formas de diálogo e reflexão promovendo a actividade individual e colectiva.

Esta comunicação discute primeiro o desenvolvimento das cooperativas agro-pecuárias e dos programas de formação e de extensão rural dentro destas cooperativas. Em seguida apresenta a metodologia e os resultados dos estudos feitos em relação a estes programas na UGC e na Cooperativa

Agrícola 25 de Setembro em Boane. Conclui-se com uma reflexão em relação ao papel de educação de adultos nas cooperativas formulando recomendações para fortalecer os programas.

A criação das cooperativas agro-pecuárias e as campanhas de alfabetização

Quando foi proclamada a independência de Moçambique em 1975, o país encontrava-se numa situação deplorável por causa da guerra de libertação e da sabotagem pelos colonos Portugueses e pelas empresas estrangeiras, que se retiraram logo (Lind, 1988). A economia durante o tempo colonial caracterizava-se por ser dualista: por um lado existia um sector moderno orientado pela economia de mercado e por outro um sector tradicional fomentado pela agricultura de subsistência (Negrão, 2001). A maioria dos moçambicanos prestava serviços, entre eles o *xibalo*, trabalho forçado, ao sector moderno, mas não partilhava no lucro e para sobreviver precisava da agricultura familiar e do emprego nos países vizinhos (Waterhouse, 1996).

O novo governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) criou diferentes formas colectivas de produção agrícola: *machambas* (campos) do povo e cooperativas agro-pecuárias. O’Laughlin, no seu estudo sobre a questão agrária, caracteriza o processo da cooperativização como um *elemento imediato necessário para a transformação socialista da agricultura familiar* e também *para a transformação da base de classe do estado revolucionário numa estratégia de consolidação socialista do sector estatal*. (1981, p. 24). Segundo ela, a organização em cooperativas não era só uma alternativa económica para a sobrevivência das famílias rurais e semi-rurais, mas também uma alternativa política em termos de organização e participação do povo moçambicano no seu próprio desenvolvimento. Nessa altura um grupo de mulheres que trabalhava nas *machambas* do povo decidiu criar um núcleo de camponeses para coordenar a acção das cooperativas, donde nasceu a 18 de Março de 1980 a União Geral de Cooperativas (Casimiro, 1999). Um ano mais tarde, em 1981, foi criada em Boane, cerca de 40 quilómetros da capital Maputo, a ‘*Machamba do Povo 25 de Setembro*’, posteriormente, em 1991, transformada em ‘Cooperativa Agrícola 25 de Setembro’.

Devido à falta de acesso à educação para o povo Moçambicano durante o colonialismo, a taxa de analfabetismo em 1975 foi acima dos 90 por cento entre os adultos, sendo mais elevada entre mulheres. A Frelimo declarou o combate do analfabetismo como uma das prioridades do novo governo e três anos depois da proclamação da independência o Presidente Samora Machel anunciou a primeira Campanha Nacional de Alfabetização (Machel, 1978). Nos anos 1978 até 1983 houve quatro grandes campanhas nacionais de alfabetização com mais de um milhão de alfabetizandos. Através das campanhas a Frelimo pretendia: melhorar a participação da classe dos trabalhadores na construção da nova sociedade, criar um sentido de consciência e unidade nacional e liberar iniciativas criativas. O objectivo económico baseava-se na necessidade do aumento da produção e da melhoria da qualidade produtiva e das condições de vida do povo. Isso reflectia-se no lema: ‘*Alfabetização é Produzir*’. Nesta esteira as cooperativas constituíam um dos grupos priorizados para as campanhas. (Lind, 1988). Como resultado das campanhas de alfabetização e da expansão rápida do ensino primário, a taxa de analfabetismo baixou mais de 20 por cento entre 1975 e 1980 (DNEA, 1988).

O desenvolvimento das cooperativas

Já em 1981 O’Laughlin fala do ‘abrandamento’ do movimento da cooperativização havendo diferentes causas como o abandono abrupto das *machambas* pelos colonos e comerciantes, as calamidades naturais e a instabilidade provocada por conflitos armados. Ao longo do tempo as cooperativas desenvolveram-se adaptando-se à situação do país. A história da UGC é ilustrativa neste sentido. Cruz e Silva (2004) descreve três fases do crescimento da UGC:

- Origem e evolução (1980-1987);
- O movimento cooperativo no novo quadro económico (1987-1990);
- Consolidação (1990-2000).

Na primeira fase a UGC separou-se dos Grupos Dinamizadores e da Organização da Mulher Moçambicana, formas de organização política e administrativa ao nível dos bairros em representação do

partido Frelimo, que controlavam os resultados da produção. Desta forma a UGC impôs maior descentralização de poderes e responsabilidades aos seus membros. O surgimento de lojas, de creches e do Centro de Formação Profissional respondeu aos seus anseios. Paulatinamente, diversificavam-se outras actividades produtivas crescendo cada vez mais o número de cooperativas e respectivos membros. O estabelecimento de estruturas democráticas pretendia garantir a participação dos cooperativistas na tomada de decisões. No fim da década 80 a UGC ficou como um dos grandes fornecedores de hortícolas e carne na cidade.

A segunda fase caracterizou-se pela transição económica com a adesão do país ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional em 1984 e a introdução do Programa de Reajustamento Estrutural em 1987, o que causou um processo de desmobilização e deserção dos cooperativistas. Para fazer face à concorrência no mercado aberto a UGC adoptou novas estratégias assegurando o desenvolvimento do movimento cooperativo através de poupança em divisas, prestação de serviços a baixo custo e introdução de um programa de reabilitação agrícola com a aplicação de culturas alternativas de rendimento. Além disso, criou uma unidade de gestão de serviços administrativos e financeiros para melhorar a eficácia e apresentar uma imagem de transparência.

Na terceira fase estabeleceu-se a empresa cooperativa UGC com 185 cooperativas, 5 500 sócios, um património registado e órgãos sociais, eleitos democraticamente (Casimiro, 1999, Cruz e Silva, 2004). Nesta fase a UGC desenvolveu uma diversificação de actividades como a avicultura, produção de rações para animais, agricultura, artesanato, frota de transportes, comercialização de produtos, construções, criação de gado bovino e serviços de apoio às unidades de produção e às cooperativas. A partir de 1991 a UGC optou por uma nova forma de organização passando de modelo de cooperativas de produção para o de cooperativas de serviço. O primeiro modelo caracterizava-se pelo trabalho colectivo dos membros com relações de bens comuns. O modelo de cooperativas de serviço consistia no trabalho individual dos membros nas suas parcelas, sendo a gestão da produção e a propriedade colectiva (propriedade da terra, furo, poço, motobomba, aviário e outros) controlada pela colectividade. A atribuição de parcelas de terra para a prática da agricultura familiar, a prestação de apoio técnico através de extensão rural e a formação técnica e criação de postos de trabalho para os filhos constituíam base significativa de apoio aos cooperativistas e os seus agregados familiares.

A presente fase pode-se considerar como continuação da terceira. O plano de actividades da organização a partir de 2000 virou-se para o desenvolvimento sustentável priorizando actividades agro-pecuárias, comercialização e oficinas técnico-mecânicas por um lado e actividades sociais e educacionais e serviços de saúde e apoio ao crédito dos camponeses e à contabilidade das cooperativas por outro (UGC, 2000). Em 2001 a UGC apareceu, com um total de 1 300 trabalhadores, como a oitava maior empregadora de Moçambique na lista das 100 maiores empresas de Moçambique, (KPMG Moçambique, 2002). Cruz e Silva afirma que a UGC sobreviveu por causa da *sua capacidade para criar condições para eliminar os constrangimentos básicos que afectam a maior parte dos seus membros, maioritariamente mulheres, como a educação, formação técnica, acesso à terra, ao crédito e ao emprego...* Ela continua: *... conta também a construção gradual de métodos democráticos de tomada de decisões pelas cooperativistas a vários níveis, num processo descentralizado ...* e conclui: *na luta pelo acesso ao poder a mudança tem que vir de dentro, faz parte de um esforço que conta com a participação das cooperativistas* (2004, p. 230).

Numa escala inferior a Cooperativa Agrícola 25 de Setembro em Boane viveu um desenvolvimento semelhante. Começou como *'machamba do povo'*, em que os membros partilhavam tudo, como uma verdadeira cooperativa de produção. Os cooperativistas caracterizam este período da cooperativa como *'sistema empurra'*, em que a atitude era: *'se eu não vou trabalhar, outros vão'*. Como isso não funcionou, a cooperativa tornou-se numa cooperativa de serviço, em que os membros cultivam as suas próprias parcelas pagando uma quota para a utilização dos bens comunitários (a motobomba, o aviário, a piscina de piscicultura e o tractor).

A componente educacional e os projectos de investigação

Houve sempre uma forte componente educacional nas cooperativas. Como já foi mencionado, as cooperativas participaram nas campanhas nacionais de alfabetização logo após a independência (Lind, 1988). Nos anos oitenta os conflitos armados e a mudança das prioridades políticas e económicas impostas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional causaram a redução das actividades de alfabetização (Mário, 2002). Nessa altura as aulas de alfabetização nas cooperativas foram interrompidas. Na UGC manteve-se o Centro de Formação oferecendo cursos nas áreas de agricultura e pecuária. Os cooperativistas de 25 de Setembro continuaram a beneficiar de programas de extensão rural com a finalidade de contribuir para a melhoria das condições de produção e da vida dos cooperativistas. A UGC recentemente re-introduziu o curso de alfabetização em cooperação com o núcleo de educação do Distrito Municipal 4, do qual faz parte o Centro de Formação Profissional da UGC. A Cooperativa Agrícola 25 de Setembro está a negociar a revitalização de um curso de alfabetização perto do local de trabalho.

Retomando a problemática desta comunicação constata-se que as actividades educacionais desenvolveram-se da mesma forma que as cooperativas. A questão que interessa agora é se as actividades educacionais conseguem concertar as exigências das novas formas de sobrevivência no quadro do mercado livre com a manutenção e criação de condições para a participação democrática dos cooperativistas. Uma vez que os estudos tiveram como objectivo avaliar os programas existentes e a desenvolver recomendações do seu melhoramento, escolheu-se como abordagem de pesquisa a avaliação formativa. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os camponeses, os formadores e os extensionistas em combinação com estudo de documentos, observação e sessões de retorno (*feedback*) como técnicas de investigação conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 Objectivos e técnicas de recolha de dados

Projecto de Investigação	Objectivos gerais	Perguntas de pesquisa	Técnicas de recolha de dados
União Geral de Cooperativas	Avaliar o programa de formação profissional da UGC; Formular recomendações para o melhoramento deste programa	Quais as características dos formandos/alfabetizandos e quais as suas necessidades? Quais as características do programa de formação? Quem são os formadores?	Estudo de documentos; Entrevistas semi-estruturadas com: <ul style="list-style-type: none">• 89 participantes dos cursos de agricultura e alfabetização;• 14 alfabetizadores e formadores;• outras pessoas-chave; Sessões de 'feedback'.
Cooperativa Agrícola 25 de Setembro – Boane	Analisar as características e a abordagem do programa existente; Caracterizar os cooperativistas e as suas necessidades; Identificar os factores que dificultam o sucesso do programa; Explorar componentes para melhorar o programa.	Quais as características do actual programa? Quais as características dos cooperativistas? Quais as necessidades sentidas? Que componentes de educação de adultos poderiam ser integrados para melhorar o programa?	Estudo de documentos; Entrevistas semi-estruturadas com: <ul style="list-style-type: none">• 10 dos 38 cooperativistas;• Dois extensionistas que prestam apoio á cooperativa;• O supervisor da extensão rural no distrito; Conversas informais; Observação directa.

Para o estudo na UGC escolheram-se quatro cooperativas, nomeadamente: Dia da Família e Força do Povo, Che Guevara e Projecto Flores de acordo com as diferentes culturas que praticam e o estágio de crescimento como cooperativa. No estudo da Cooperativa Agrícola 25 de Setembro tentou-se formar uma imagem profunda desta cooperativa através de diversas visitas e contactos com os cooperativistas no local

de trabalho e entrevistas abrangentes com cooperativistas de diferentes opiniões. No seguinte texto serão discutidas as características dos cooperativistas e as suas necessidades de aprendizagem, os programas de formação e de extensão rural existentes e a sua pertinência em função das necessidades dos cooperativistas. Finalmente apresentar-se-ão as recomendações, que resultaram dos projectos de investigação.

As características dos cooperativistas e as suas necessidades de aprendizagem

A maioria dos cooperativistas tanto nas cooperativas da UGC como na Cooperativa Agrícola 25 de Setembro são mulheres viúvas ou separadas com pouca escolaridade e idade acima dos 40. O seu estado civil e o número de filhos confere-lhes a responsabilidade de chefia de agregados. Isso reflecte a realidade em Moçambique, em que existe um número elevado de agregados chefiados por mulheres, o que não quer dizer que estas mulheres automaticamente têm mais poder de decisão (PNUD, 2001). Note-se a justificação de ingresso que é fornecida por uma cooperativista da Cooperativa Projecto Flores: *Ingressei na UGC há muito tempo, em 1983. Tenho 48 anos e não acabei a primeira classe. A perda do meu marido é que me fez vir para a união exactamente para poder sustentar os meus filhos e conseguir alguns rendimentos a partir do que nós produzimos. Foi uma situação difícil, porque tudo caiu numa altura em que a fome era muita e não havia nada nas lojas.* Outra inquirida da Cooperativa Dia da Família explicou: *Tenho 52 anos, sou separada, sou natural de Gaza, não consegui estudar na alfabetização e entrei na cooperativa em 1982. A guerra fez-me perder tudo em Gaza, minha terra! Não sei onde é que pára o meu marido, mas sei que ele está vivo, porque quando a guerra acabou, tive notícias de que ele estava vivo. Sei fazer machamba mas quero aprender mais do que sei fazer.* Sabendo que a guerra acabou em 1992 e a entrevista foi feita em 2004, deve-se concluir, que esta mulher não conseguiu meios para localizar o seu marido ao longo de mais de dez anos.

As necessidades de aprendizagem em relação à agricultura recaem em cinco categorias, designadamente: conteúdos que permitam um conhecimento aprofundado da gestão produtiva, técnicas de armazenamento de produtos, diversificação de culturas, conservação de fruta e noções de agro-processamento. Nas cooperativas Dia da Família e Força do Povo preferem cursos que facultem o conhecimento de gestão da produção, diversificação de culturas e armazenamento: *Preciso de saber mais sobre como é que posso armazenar os meus cereais para saber gerir a produção para que no tempo de falta seja capaz de os vender sem problemas.* Em relação às hortícolas exprimem a vontade de conhecer melhor como conseguir que resistam ao tempo para garantir a sua alimentação e venda não apenas em períodos de fartura, mas também em períodos de carência: *Sabemos como conservar o tomate, mas apenas por um período de tempo. Seria vantajoso se a conservação fosse nos moldes e em quantidades enormes, que nos permitissem vender.* Na cooperativa Che Guevara, onde se desenvolve o fomento de cajueiros, fruteiras e hortícolas a necessidade é de aprender melhor o agro-processamento. Na Cooperativa Projecto Flores que se dedica à cultura de plantas de ornamentação e medicinais, a presidente da cooperativa disse que havia muito interesse por plantas medicinais: *Muitas das senhoras, porque sabem que lhes podem ajudar na cura de certas doenças, já manifestam a vontade de aprofundar o conhecimento sobre outro tipo de plantas.*

As necessidades formuladas em relação à alfabetização têm a ver com a vida diária na família: *Quero aprender Português para poder ajudar os meus filhos nas suas lições* (cooperativista de Che Guevara). Para a comercialização dos produtos precisa-se de português e de cálculo: *É bom aprender português porque vou conseguir falar com as outras pessoas quando estiver a fazer negócios* (Cooperativista de Dia da Família) e: *Aprender a contar, dividir, multiplicar e diminuir números é bom porque já não sou intrujada ao vender os produtos da minha machamba* (Cooperativista Força do Povo). Em geral, saber falar português abre oportunidades para participar na sociedade: *As aulas de alfabetização são boas porque sabendo falar português as pessoas não se vão rir de mim* (Cooperativista de Força do Povo). Em Boane oito dos dez cooperativistas entrevistados falaram da necessidade que sentiam de aprender as habilidades básicas de ler, escrever, calcular e medir. 26 dos 38 cooperativistas da Cooperativa Agrícola 25 de Setembro são analfabetos. Os cooperativistas afirmam que chegam a ter prejuízos no processo da comercialização dos produtos. Não são capazes de ler correctamente a escala do balanço comercial. A maioria enfrenta dificuldades no processamento dos trocos, principalmente quando se trata de notas de

elevado valor. Segundo os extensionistas e o supervisor os cooperativistas analfabetos enfrentam dificuldades no cumprimento do calendário das pulverizações, na identificação e manipulação correcta dos produtos agro-tóxicos utilizados, no controlo e combate às pragas e doenças, bem como na leitura das datas de validade.

Assim se vê que as necessidades de aprendizagem em agricultura e alfabetização estão intimamente ligadas, ambas referindo a vontade dos cooperativistas em se responsabilizarem pela sua própria sobrevivência de maneira consciente e independente. As necessidades de aprendizagem expressas pelos cooperativistas, na maioria mulheres chefes de famílias, mostram as condições de pobreza e a força da busca de subsistência para as suas famílias. Ser analfabeto impede-lhes acesso a informação fundamental para a sua sobrevivência. Além disso, existe a vontade de sair do isolamento e de participar activamente na sociedade. Assim, o leque das necessidades básicas definidas em Jomtien vale para os cooperativistas, tanto em homens como em mulheres.

O programa de formação da UGC

O programa de formação da UGC consiste em cursos de capacitação nas áreas de agricultura, pecuária, alfabetização e gestão. Foram revistos os cursos de agricultura e alfabetização. Os cursos de agricultura têm como objectivo aumentar a produção e a produtividade em culturas como hortícolas, leguminosas, frutas e tubérculos. A duração dos cursos varia entre duas a três semanas. Têm lugar no Centro de Formação Profissional. As sessões são orientadas em língua portuguesa e têm como conteúdos de ensino e aprendizagem a rega, enxertia, pulverização, cultivo, sementeira, demarcações e sacha. Alguns dos formadores concluíram o Instituto Agrário de Boane (nível médio, correspondente a 12^a classe do ensino geral); outros possuem uma experiência de trabalho agrícola com alguma formação no ensino geral (até 10^a classe). Os formadores usam o método expositivo nas suas sessões. Faz-se trabalho prático na *machamba* colectiva da UGC. A avaliação não inclui o acompanhamento do desempenho profissional dos formandos depois da formação.

Falando dos cursos de agricultura a avaliação dos cooperativistas mostra que o conteúdo destes está relacionado com o que já conhecem: *Gosto do curso porque aprendo coisas que já sei fazer na minha machamba* (cooperativista de Dia da Família). Às vezes o curso ajuda: *O que aprendi no curso enriqueceu o que já sabia sobre como cultivar a machamba* (cooperativista de Che Guevara). E às vezes não traz muita coisa nova: *O que aprendo não se difere do que sei desde a altura em que comecei a trabalhar na machamba*, (cooperativista de Força do Povo). Sugerem que as sessões práticas de agricultura deviam ser feitas rotativamente e pelas *machambas* de cada um dos membros: *As sessões práticas são uma boa estratégia de ensino e aprendizagem, só que deveriam ser expandidas para as machambas dos formandos. Deve-se incentivar as discussões onde melhor se possa fazer a troca de experiências* (cooperativista Dia de Família). Conforme as palavras dos cooperativistas parece que os cursos não oferecem conhecimentos novos além de aperfeiçoamento de actividades existentes, não valorizando as experiências dos cooperativistas.

Os cursos de alfabetização têm como objectivo elevar o nível de escolarização dos cooperativistas, desenvolvendo nos cooperativistas as habilidades de leitura, escrita e cálculo. A duração dos cursos é de três anos, subdivididos, respectivamente, em três níveis de ensino e aprendizagem. As actividades de leccionação são de duas horas de tempo por dia, para os primeiros dois níveis e de quatro horas, para o último nível. A UGC possui centros de alfabetização e educação de adultos. Integram-se no núcleo do Distrito Municipal 4 de Maputo que coordena todas as actividades de alfabetização nos referidos centros. Os cursos são orientados por três alfabetizadores com habilitações literárias de décima classe e um com sétima classe do Sistema Nacional de Educação, todos sem formação profissional. A língua de ensino e aprendizagem usada nas sessões é o português. Os conteúdos de ensino e aprendizagem são o cálculo, leitura e escrita. A estratégia de ensino e aprendizagem é expositiva. As avaliações são sistemáticas e feitas em cada ciclo ou etapa de aprendizagem. Não existe nenhum monitoramento no período pós-alfabetização.

Os cooperativistas simpatizam com as aulas de alfabetização porque lhes permitem adquirir novos conhecimentos: *Gosto do curso porque consigo alcançar novos horizontes* (cooperativista de Projecto Flores). Existem diferentes opiniões em relação à língua. Além dos que gostam de aprender português existem outros, que acham que esta língua complica o processo de aprendizagem: *Não estou satisfeito com a disciplina de português, porque aprende-se coisas difíceis e também porque aprende-se numa outra língua que é de difícil compreensão* (cooperativista de Força do Povo). O facto do português ser segunda língua ou mesmo língua estrangeira impede a animação da aprendizagem pelo formando. Em relação ao material de ensino um membro da cooperativa Força do Povo acha: *Gostaria que se usasse outros materiais que não fossem apenas os livros, cadernos, lápis e canetas* e seu colega: *Devia-se utilizar materiais mais ligados à vida que a gente leva nas nossas machambas..* Demonstram a disponibilidade quanto ao seu envolvimento na elaboração dos materiais de ensino e aprendizagem: *Seria bom que os professores nos envolvessem na elaboração dos materiais de ensino, porque penso que existem colegas que gostam de fazer desenhos* (cooperativista de Che Guevara).

Tanto os formadores de agricultura como os alfabetizadores usam frequentemente a exposição como método de ensino nas suas sessões, em detrimento de outros. Os alfabetizadores consideram que as sessões têm sido unicamente teóricas e afirmam desconhecer outras metodologias: *Seria nosso desejo aprofundar mais outros métodos de ensino e aprendizagem através de capacitações e outras formações adicionais* (alfabetizador). Como materiais de ensino e aprendizagem os formadores e alfabetizadores usam manuais de ensino e textos de apoio da UGC e do Ministério de Educação, embora sintam a necessidade de usar materiais ligados à realidade dos cooperativistas: *Seria bom que os conteúdos dos materiais estivessem muito mais ligados ao que os cooperativistas desenvolvem nas suas actividades* (formador de agricultura). Desta maneira vê-se que os implementadores do programa de formação, tanto na agricultura como na alfabetização utilizam, maioritadamente, a abordagem 'bancária' e perdem oportunidades para entrar num diálogo com os aprendentes para conhecer as suas necessidades de aprendizagem.

A extensão rural na Cooperativa Agrícola 25 de Setembro

Na Cooperativa Agrícola 25 de Setembro em Boane os extensionistas rurais dão apoio em áreas semelhantes as dos cursos de agricultura da UGC. O estudo feito nesta cooperativa assinala o problema da falta de segurança alimentar. Segurança alimentar, resumidamente, é o acesso a uma alimentação adequada a todas as pessoas para que tenham uma vida activa e saudável (Conferência Internacional de Nutrição, 1992). Factores constituintes de segurança alimentar são: a disponibilidade alimentar, o acesso à mesma e a utilização apropriada. Segundo o estudo as principais causas da insegurança alimentar na cooperativa são:

- Os custos elevados do combustível e lubrificantes, que são elementos importantes para a manutenção do sistema de regadio e para o fornecimento de água às diferentes culturas, fazendo com que a produção se limite a poucas áreas;
- Os custos elevados de agro-tóxicos usados no combate a doenças e no controlo de pestes que afectam as culturas, concorrendo para a fraca produção;
- A falta de boas práticas de comercialização de produtos agrícolas;
- A venda de toda a produção sem a observância de conservação para os momentos de carência;
- O analfabetismo da maioria dos cooperativistas;
- Os roubos, que obrigam os cooperativistas a efectuar a colheita de milho na fase de maçaroca para comercialização e não permitem que façam conservação.

A educação de adultos fornecida pela extensão rural aos cooperativistas cumpre entre outras actividades a prevenção da insegurança alimentar e nutricional. Contudo, os programas não têm, na sua maioria, surtido efeitos desejados. Os extensionistas enfrentam dificuldades na implementação dos programas, caracterizadas pela fraca adesão às suas mensagens, ligadas à introdução de novas tecnologias de produção. Por consequência, os programas de extensão rural não são sustentáveis. (Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Boane, 2000). Os depoimentos dos cooperativistas nas entrevistas apontam para o não-envolvimento dos beneficiários em todas as fases do programa como

factor que reduz a adesão destes nas actividades preconizadas, mesmo quando estes possam trazer benefícios. Para não ficarem dependentes da informação dos outros e serem capazes de recolher e controlar informação, os cooperativistas pedem o re-estabelecimento de aulas de alfabetização.

É interessante notar que os cooperativistas da UGC também falam de elementos de segurança alimentar, por exemplo, agro-processamento, conservação e comercialização dos produtos como essenciais para a sua subsistência. Deste modo, parece que o programa de extensão rural na Cooperativa Agrícola 25 de Setembro está no caminho certo: uma importante necessidade de aprendizagem sentida pelos cooperativistas está relacionada com a sobrevivência em termos de segurança alimentar. Contudo, o estudo mostra que a satisfação desta necessidade não depende só do conteúdo, mas também da abordagem utilizada, incluindo os métodos e materiais educacionais, que deveria facilitar o envolvimento dos cooperativistas.

Uma abordagem holística

Os dois projectos de investigação complementam-se, uma vez que a educação de adultos é tida nos dois contextos como peça fundamental. Esta forma de educação serve para, por um lado assegurar necessidades básicas como a 'segurança alimentar' no quadro da economia do mercado livre e por outro, apoiar a participação democrática ao nível da família, cooperativa e sociedade. Os cooperativistas têm direito à satisfação das suas necessidades de aprendizagem e o cumprimento destas fortalecerá a cooperativa através da sua participação activa. Em relação às mulheres as entrevistas mostram que têm grandes responsabilidades e potencialidades, mas ao mesmo tempo limitações devido a sua fraca formação. Merecem receber formação apropriada às suas necessidades de aprendizagem e às suas possibilidades em termos de tempo e local de trabalho.

Contudo, ambos os investigadores encontraram um fosso preocupante entre as actividades dos formadores, alfabetizadores e extensionistas por um lado e as práticas e experiências dos cooperativistas por outro. Na União Geral de Cooperativas os cooperativistas comentam sobre os conteúdos dos cursos, que são definidos predominantemente com base nos objectivos da União para melhorar a produção e no currículo de alfabetização do Ministério de Educação, não tendo em conta as necessidades específicas dos aprendentes. Além disso, os métodos de ensino não facilitam a ligação com as vidas dos cooperativistas. Observando de perto as práticas na Cooperativa Agrícola de 25 de Setembro a investigadora notou que os cooperativistas não implementam as novidades introduzidas pelos extensionistas no terreno. Mostram-se preocupados com a situação da segurança alimentar, mas sentem que os temas e conteúdos de extensão não são escolhidos em função da sua preocupação, mas sim impostos pelos extensionistas. Ainda prevalece o modelo 'bancário' em que o educador decide o que os educandos devem aprender e como (Freire, 2000).

Assim, as recomendações baseiam-se no envolvimento e diálogo com os cooperativistas, que devem ser tratados como adultos aprendendo. Adultos têm consciência de que são responsáveis pelas suas decisões e pela sua vida (Tuijnman, 2000). Devem ser encarados e tratados como indivíduos capazes de se auto-gerirem. Sugere-se a definição dos objectivos partindo de uma discussão aberta envolvendo as cooperativistas e os gestores dos programas. Assim, far-se-á um diagnóstico de necessidades concertando os objectivos da organização e os dos cooperativistas. A via ideal seria de se integrar as actividades de agricultura e de alfabetização em programas viradas para as necessidades da vida real e a sua melhoria. Freire já afirmou que o sucesso da implementação do programa de extensão agrária passa entre outras pela necessidade de os beneficiários dominarem a literacia e numeracia afim de responderem de forma mais segura às exigências de introdução de novas tecnologias (Freire, 1985). Os programas a serem desenvolvidos devem ser de carácter participativo e sustentável. Programas de formação e de extensão rural, que realmente apoiem o desenvolvimento das cooperativas agro-pecuárias e o dos seus membros, precisam de uma abordagem holística, consoante os princípios de educação de adultos. Esta abordagem abrange a análise das necessidades da cooperativa e dos seus membros, o envolvimento dos cooperativistas na preparação e implementação dos programas e a sua potencialização como gestores da sua própria vida e membros activos da cooperativa e da comunidade. A participação dos cidadãos no

processo de desenvolvimento só se tornará realidade, quando estes forem valorizados e envolvidos e se sentirem assim.

Referências

- Casimiro, I.M.A.P.C. (1999). *Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*. Tese de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- Conferência Internacional de Nutrição (1992). *Conceitos de Segurança Alimentar e Nutrição*. Relatório. Maputo: MISAU
- Cruz e Silva, T. (2004). União Geral das Cooperativas: Um Sistema Alternativo de Produção? Em: Santos, B. de Sousa, Cruz e Silva, T. (org.). *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, p. 207 - 234.
- Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Boane (2000). *Relatório Anual – Boane*.
- Direcção Nacional de Educação de Adultos (1988). *As causas do sucesso e insucesso da Alfabetização no Sector das Empresas durante os primeiros 10 anos de Alfabetização e Educação de Adultos na Republica Popular de Moçambique*. Estudo Piloto Comemorativo do Décimo Aniversário da Primeira Campanha Nacional de Alfabetização. Maputo: Ministério de Educação.
- Faculdade de Educação (2001). *Programas de Mestrado em Educação em Ciências Naturais e Matemática, Desenvolvimento Curricular e Instrucional e Educação de Adultos*. Documentos para discussão. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia do Oprimido*. 29ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra S/A
- Freire, P. (1985). *A Política de Educação: Cultura, Poder e Liberdade*. Londres: MacMillan Press.
- KPMG Moçambique (2002). *As 100 Maiores Empresas de Moçambique*. Ranking das Maiores Empresas. Maputo: KPMG Moçambique.
- Lind, A. (2002). ABLE Policies in an International Perspective. Em Centre for Adult Education, *International Conference on Adult Basic and Literacy Education in the SADC region*. Pietermaritzburg: University of Natal, School of Education, Training & Development, p. 22 - 36.
- Lind, A. (1988). *Adult Literacy Lessons and Promises. Mozambican Literacy Campaigns 1978 – 1982*. Stockholm: University of Stockholm, Institute of International Education.
- Linden, J. van der & Rungo, R. (em preparação) 'Being literate means being somebody': Perceptions of Participants of Literacy Programmes in Mozambique. Em: Preece, J., Veen, R. van der, Raditloaneng, W.N. (ed.), *Adult Education, Lifelong Learning and Poverty Reduction*. Leicester: NIACE.
- Machel, S. (1978). *Façamos do País Inteiro uma Escola onde Todos Aprendemos e Todos Ensinamos*. Discurso de Abertura da Campanha Nacional de Alfabetização, Maputo: Ministério de Educação.
- Mário, M. (2002). The Mozambican Experience in Adult Literacy and Education, in: Centre for Adult Education, *International Conference on Adult Basic and Literacy Education in the SADC region*, Pietermaritzburg: University of Natal, pp. 128-136.
- Negrão, J. (2001). *Como induzir o desenvolvimento em África*. Documento de Trabalho N° 61. Lisboa: Cesa. Retirado 27 de Setembro de 2005 do http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/DocTrab_61
- O'Laughlin, B. (1981). A Questão Agrária em Moçambique, *Estudos Moçambicanos* 3, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, p. 9-32.
- PNUD (2001). *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano. Maputo: PNUD.
- UGC (2000). *Relatório do Triénio 1998-2000*. Maputo: UGC
- Saúde, A. (2005). *Avaliação do Programa de Formação na União Geral de Cooperativas*. Tese de Mestrado. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação.
- Seifane, L. (2005). *A Educação de Adultos como Apoio à Implementação dos Programas d Extensão Rural: O Caso da Cooperativa Agrícola 25 de Setembro – Boane*. Tese de Mestrado. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação.
- Stromquist, N.P. (2005). *Women's Rights to Adult Education as a Means to Citizenship*. Retirado 27 de Setembro de 2005 do <http://k1.ioe.ac.uk/schools/efps/GenderEducDev/Literacy%20and%20Women's20Right--Stromquist.pdf>
- Torres, R-M. (2003). Lifelong Learning. A new momentum and a new opportunity for Adult Basic Learning and Education (ABLE) in the South. *New Education Division documents* No. 14. Stockholm: Swedish International Development Authority.

- Tuijnman, A. C. (ed.) (1996). *International Encyclopedia of Adult Education and Training*. Oxford: Elsevier Science/Pergamon Press.
- Waterhouse, R. (1996). *Mozambique. Rising from the Ashes*. An Oxfam Country Profile. Oxford: Oxfam.
- WCEFA (1990). *World Declaration on Education for All and Framework for Action to meet Basic Learning Needs* (Jomtien, Thailand, 5-9 Março de 1990). Nova Yorque/Parigi.